

Caderno de Questões

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro



Técnico de Notificações

29-07-2012



GABARITO - A

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

O ÓCIO CRIATIVO – ENTREVISTA DE DOMENICO DE MASIRoberto Catelli Jr, *História em rede*

Eu me limito a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas era dedicada ao trabalho, estamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo será, e em parte já é, dedicado a outra coisa. (...) Eu me limito a registrar que estamos caminhando em direção a uma sociedade fundada não mais no trabalho, mas no tempo vago.

Além disso, sempre com base nas estatísticas, constato que, tanto no tempo em que se trabalha quanto no tempo vago, nós, seres humanos, fazemos hoje sempre menos coisas com as mãos e sempre mais coisas com o cérebro, ao contrário do que acontecia até agora, por milhões de anos.

Mas aqui se dá mais uma passagem: entre as atividades que realizamos com o cérebro, as mais apreciadas e mais valorizadas no mercado de trabalho são as atividades criativas. Porque mesmo as atividades intelectuais, como as manuais, quando são repetitivas, podem ser delegadas às máquinas. Assim sendo, acredito que o foco desta nossa conversa deva ser essa dupla passagem da espécie humana: da atividade física à intelectual, da atividade repetitiva à criativa.

Essas duas trajetórias contam a passagem de uma sociedade que foi chamada de “industrial” a uma sociedade nova. Podemos defini-la como quisermos. Eu, por comodidade, a chamo de “pós-industrial”.

Quer uma imagem física dessa mudança? Nós, nestes milhões de anos, desenvolvemos um corpo grande e uma cabeça pequena. Nos próximos séculos, provavelmente reduziremos o corpo ao mínimo e expandiremos o cérebro. Um pouco como já acontece através do rádio, da televisão, do computador – a extraordinária série de próteses com as quais aumentamos o poder da nossa cabeça.

O resultado disso tudo não é o *dolce far niente*. Com frequência, não fazer nada é menos doce do que um trabalho criativo.

QUESTÃO 1

Observe os segmentos abaixo, retirados do texto:

- I. “Eu me limito a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas era dedicada ao trabalho, estamos caminhando...”.
- II. “Eu me limito a registrar que estamos caminhando em direção a uma sociedade fundada não mais no trabalho, mas no tempo vago”.
- III. “...tanto no tempo em que se trabalha quanto no tempo vago, nós, seres humanos, fazemos hoje sempre menos coisas com as mãos...”.
- IV. “Nos próximos séculos, provavelmente reduziremos o corpo ao mínimo e expandiremos o cérebro”.

Em todos esses segmentos temos formas verbais ligadas ao pronome sujeito *nós*, claro ou implícito; os segmentos em que a significação desse pronome é a mesma são:

- A) I-II-III-IV;
- B) I-II;
- C) II-III;
- D) II-IV;
- E) III-IV.

QUESTÃO 2

“Eu me limito a sustentar, com base em dados estatísticos...”; “Além disso, sempre com base nas estatísticas,...”. A preocupação de o entrevistado apoiar seus pensamentos em estatísticas mostra:

- A) a intenção de dar autoridade a suas opiniões;
- B) a possibilidade de erros em seu raciocínio;
- C) a tendência de demonstrar parcialidade em suas afirmações;
- D) a finalidade de mostrar atualização em seus argumentos;
- E) a vontade de exibir-se como agente de pensamentos originais.

QUESTÃO 3

O entrevistado, Domenico De Masi, é chamado muitas vezes de “o profeta do ócio”; o tom de profecia aparece muitas vezes no texto, principalmente no seguinte segmento:

- A) “Eu me limito a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas era dedicada ao trabalho,...”.
- B) “... estamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo será, e em parte já é, dedicado a outra coisa.”
- C) “Eu me limito a registrar que estamos caminhando em direção a uma sociedade fundada não mais no trabalho, mas no tempo vago”.
- D) “Além disso, sempre com base nas estatísticas, constato que, tanto no tempo em que se trabalha quanto no tempo vago, nós, seres humanos, fazemos hoje sempre menos coisas com as mãos e sempre mais coisas com o cérebro, ao contrário do que acontecia até agora, por milhões de anos”.
- E) “Com frequência não fazer nada é menos doce do que um trabalho criativo”.

QUESTÃO 4

Ao dizer “Eu me limito a registrar...”, o autor demonstra:

- A) isenção diante dos dados que analisa;
- B) desejo de mostrar-se como um apaixonado pelo tema;
- C) intenção de apresentar-se como experiente no espaço estudado;
- D) necessidade de indicar sua participação total na análise feita;
- E) vontade de exibir sua criatividade na análise dos dados.

QUESTÃO 5

Há muitas oposições no texto; entre as oposições abaixo indicadas, aquela que NÃO corresponde, de fato, a uma oposição é:

- A) atividade física X atividade intelectual;
- B) atividade repetitiva X atividade criativa;
- C) trabalho X tempo vago;
- D) atividades intelectuais X atividades manuais;
- E) sociedade industrial X sociedade pós-industrial.

QUESTÃO 6

“Podemos defini-la como quisermos. Eu, por comodidade, a chamo de ‘pós-industrial’ ”; a “comodidade” citada pelo autor deriva do fato de que a designação:

- A) pode ser compreendida por todo o mundo;
- B) não cria um termo novo para a ciência;
- C) fundamenta a diferença na simples noção de tempo;
- D) mostra claramente uma diferença de conteúdos;
- E) indica uma intenção didática de objetividade e clareza.

QUESTÃO 7

“...a extraordinária série de próteses com as quais aumentamos o poder da nossa cabeça”. A designação de “próteses” se refere:

- A) a todas as modificações físicas que sofremos atualmente;
- B) às mudanças sociais causadas pela alteração no meio ambiente;
- C) a meios tecnológicos, como o rádio, a televisão e o computador;
- D) à passagem da vida de trabalho para a vida do ócio;
- E) aos novos conceitos intelectualmente assumidos pelos seres humanos.

QUESTÃO 8

Entre os meios gráficos empregados no texto, há a utilização de uma fonte diferente em *dolce far niente*; tal emprego se deve ao fato de essa expressão:

- A) desempenhar um papel importante na teoria do entrevistado;
- B) possuir, no texto, a necessidade de ser valorizada;
- C) mostrar uma variante coloquial de linguagem;
- D) pertencer a um outro idioma;
- E) indicar, implicitamente, a nacionalidade italiana do entrevistado.

QUESTÃO 9

“Eu me limito a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas era dedicada ao trabalho, estamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo será, e em parte já é, dedicado a outra coisa”.

O problema de construção que pode ser constatado nesse segmento inicial do texto é:

- A) a centralização excessiva na primeira pessoa;
- B) o emprego muito genérico do vocábulo “coisa”;
- C) a repetição do vocábulo “parte”;
- D) a falsa oposição entre “dedicado ao trabalho” e “dedicado a outra coisa”;
- E) o mau emprego do vocábulo “onde”, já que não se refere a lugar.

QUESTÃO 10

No início do segundo parágrafo, o texto emprega a expressão “além disso”; esse emprego indica:

- A) um acréscimo ao que foi dito anteriormente;
- B) uma retificação de algum equívoco;
- C) uma explicação de algo anterior não muito claro;
- D) uma oposição que contraria um pensamento anterior;
- E) um desejo de destacar algo importante já mencionado.

QUESTÃO 11

Observe as seguintes ocorrências do vocábulo “mais” nos segmentos abaixo:

- I. “...em direção a uma sociedade fundada não mais no trabalho, mas no tempo vago”.
- II. “...entre as atividades que realizamos com o cérebro, as mais apreciadas...”.
- III. “...e sempre mais coisas com o cérebro”.

Podemos afirmar corretamente sobre essas ocorrências que:

- A) I e II pertencem à mesma classe gramatical;
- B) II e III mostram o mesmo valor semântico;
- C) todas elas são classificadas do mesmo modo;
- D) I, II e III mostram classes ou tipos diferentes;
- E) I e III são pronomes indefinidos.

QUESTÃO 12

“Além disso, sempre com base nas estatísticas, constato que, tanto no tempo em que se trabalha quanto no tempo vago, nós, seres humanos, fazemos hoje sempre menos coisas com as mãos e sempre mais coisas com o cérebro”.

Nesse segmento do texto, os vocábulos sublinhados possuem o valor de:

- A) comparação;
- B) tempo;
- C) adição;
- D) modo;
- E) lugar.

QUESTÃO 13

Ao dizer que o homem reduzirá a dimensão do seu corpo e aumentará a do cérebro, o autor do texto obedece ao seguinte princípio:

- A) quanto maior o emprego, maior a dimensão do órgão empregado;
- B) quanto mais o tempo passa, menos o homem trabalha;
- C) quanto mais a sociedade avança, menos trabalha a mente humana;
- D) quanto menor o trabalho físico, maior a necessidade de trabalho intelectual;
- E) quanto menor o uso, menor a atrofia.

QUESTÃO 14

Segundo o terceiro parágrafo do texto, as atividades criativas são as que:

- A) auxiliam as atividades repetitivas;
- B) não podem ser delegadas às máquinas;
- C) únicas sobreviventes no mundo futuro;
- D) agradam menos aos trabalhadores;
- E) receberam maior valorização no passado.

QUESTÃO 15

O segmento do texto que indica seu caráter de entrevista é:

- A) “Podemos defini-la como quisermos”.
- B) “Quer uma imagem física desta mudança?”
- C) “Com frequência, não fazer nada é menos doce do que um trabalho criativo”.
- D) “Eu me limito a sustentar...”.
- E) “O resultado disso tudo não é o *dolce far niente*”.

QUESTÃO 16

“Assim sendo, acredito que o foco desta nossa conversa deva ser esta dupla passagem da espécie humana: da atividade física à intelectual, da atividade repetitiva à criativa”.

Com essa frase, o entrevistado:

- A) pretende conduzir sua conversa com o leitor para temas importantes;
- B) tenta mostrar aos leitores o foco principal da entrevista;
- C) deseja conduzir a entrevista para pontos que considera essenciais;
- D) mostra a intenção de manipular o pensamento dos leitores;
- E) demonstra que domina, de fato, poucos pontos do assunto abordado.

QUESTÃO 17

Segundo o entrevistado, nossas capacidades serão aumentadas por meio da tecnologia; assim, a alternativa abaixo que mostra uma expansão INADEQUADA de uma de nossas capacidades é:

- A) rádio – aumento de nossa possibilidade de ouvir mais notícias;
- B) televisão – aumento de nossa possibilidade de ver mais coisas;
- C) automóvel – aumento de nossa capacidade de movimento;
- D) computador – aumento de nossa possibilidade de raciocinar;
- E) gravador – aumento de nossa capacidade de falar.

QUESTÃO 18

“Mas aqui se dá mais uma passagem: entre as atividades que realizamos com o cérebro, as mais apreciadas e mais valorizadas no mercado de trabalho são as atividades criativas. Porque mesmo as atividades intelectuais, como as manuais, quando são repetitivas, podem ser delegadas às máquinas. Assim sendo, acredito que o foco desta nossa conversa deva ser essa dupla passagem da espécie humana: da atividade física à intelectual, da atividade repetitiva à criativa”.

Nesse segmento do texto, os vocábulos sublinhados possuem valores textuais diferentes; a alternativa em que o valor textual está corretamente identificado é:

- A) aqui – lugar;
- B) porque – finalidade;
- C) mesmo – concessão;
- D) como – exemplificação;
- E) assim sendo – conclusão.

QUESTÃO 19

O texto lido deve ser classificado como:

- A) narrativo, pois mostra várias etapas sucessivas da evolução humana;
- B) descritivo, já que indica características atuais e futuras do ser humano;
- C) dissertativo informativo, visto que mostra fatos desconhecidos ao leitor;
- D) dissertativo didático, porque ensina aspectos novos da realidade;
- E) dissertativo argumentativo, pois há a exposição de uma tese e argumentos.

QUESTÃO 20

Abaixo estão alguns segmentos do texto que foram substituídos por outros equivalentes; a única substituição INADEQUADA é:

- A) “Mas aqui se dá mais uma passagem...” / ocorre;
- B) “Podemos defini-la como quisermos” / definir a ela;
- C) “Nos próximos séculos...” / Nos séculos futuros;
- D) “O resultado disso tudo” / O resultado de tudo isso;
- E) “Com frequência, não fazer nada...” / Frequentemente, não fazer nada...

RACIOCÍNIO LÓGICO**QUESTÃO 21**

Canetas azuis e vermelhas foram guardadas em três caixas. A primeira contendo 10 canetas azuis, a segunda com 20 canetas vermelhas e, na terceira caixa, 30 canetas azuis e vermelhas misturadas. Depois de fechadas, essas caixas foram rotuladas como “Azuis”, “Vermelhas” e “Azuis&Vermelhas”. No entanto, nenhum dos rótulos foi colocado corretamente e é preciso colocar o rótulo certo em cada caixa. Sabendo-se que é permitido abrir apenas uma das caixas para exame, pode-se concluir que, para descobrir o rótulo certo para cada caixa, lidando com o menor número de canetas, o método correto é examinar:

- A) uma caneta da caixa rotulada como Azuis;
- B) todas as canetas da caixa rotulada como Azuis;
- C) duas canetas da caixa rotulada como Vermelhas;
- D) três canetas da caixa rotulada como Azuis&Vermelhas;
- E) uma caneta da caixa rotulada como Azuis&Vermelhas.

QUESTÃO 22

João adora subir e descer degraus, o que faz de um jeito um pouco estranho, mas sistemático. Em cada movimento, João sobe um ou mais degraus e desce zero ou mais degraus. Numa dessas subidas, os primeiros movimentos de João foram:

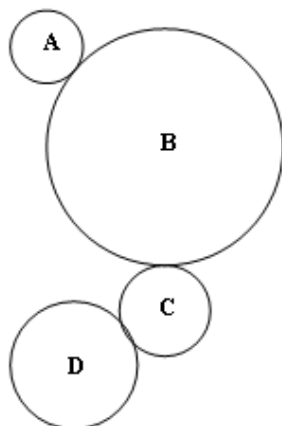
1. subiu um e desceu zero
2. subiu um e desceu um
3. subiu dois e desceu um
4. subiu três e desceu dois
5. subiu cinco e desceu três

João pisou pela primeira vez no trigésimo (30) degrau da escada no movimento de número:

- A) 6;
- B) 7;
- C) 8;
- D) 9;
- E) 10.

QUESTÃO 23

A figura abaixo mostra quatro cilindros que rolam uns contra os outros, sem deslizamento.



Sabe-se que os diâmetros de A e D medem 4 e 8 centímetros respectivamente; o diâmetro de B é quatro vezes o diâmetro de C; a soma dos diâmetros de A e D é a metade do diâmetro de B; e a velocidade de A é 180 rotações por minuto (r.p.m.).

A velocidade de D, em r.p.m., é:

- A) 60;
- B) 90;
- C) 120;
- D) 180;
- E) 360.

QUESTÃO 24

Num campeonato de futebol, todos os times jogaram entre si duas vezes, em turno e retorno. Houve 132 jogos. O número de times participando do campeonato era de:

- A) 8;
- B) 9;
- C) 10;
- D) 11;
- E) 12.

QUESTÃO 25

Um cubo feito de madeira maciça clara teve suas faces pintadas de preto. Se esse cubo for serrado regularmente e dividido em 27 cubos, todos do mesmo tamanho, o número dos cubos resultantes com apenas duas de suas faces pintadas de preto é:

- A) 8;
- B) 12;
- C) 16;
- D) 20;
- E) 24.

QUESTÃO 26

Considere as informações disponíveis sobre três amigos que jogam futebol:

- I. Um é atacante, o outro goleiro e o outro zagueiro;
- II. Marcelo é atacante;
- III. Jonas não é o mais baixo dos três;
- IV. Bruno é mais alto que o goleiro.

É correto afirmar que:

- A) Bruno é o mais alto dos três;
- B) Jonas é zagueiro;
- C) Jonas é o mais alto dos três;
- D) Bruno é mais baixo que Marcelo;
- E) Marcelo é mais alto que Jonas.

QUESTÃO 27

165189715 é para a palavra “perigo” o mesmo que 21141141 é para a palavra:

- A) abaixo;
- B) cinema;
- C) boneca;
- D) banana;
- E) gravita.

QUESTÃO 28

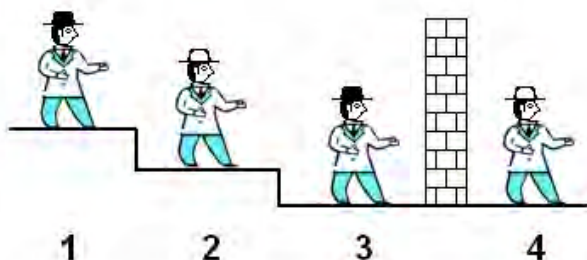
João tem cinco vezes a idade de Maria, e em dois anos terá três vezes a idade dela. Daqui a sete anos a idade de João será:

- A) 5;
- B) 7;
- C) 10;
- D) 12;
- E) 17.

QUESTÃO 29

Quatro filósofos estavam presos, condenados à força. O Juiz, que conhecia as habilidades lógicas dos prisioneiros e era também um filósofo, decidiu dar a eles uma última chance para escapar, desde que participassem de um jogo com as seguintes condições:

- cada prisioneiro recebeu um chapéu e todos sabiam que havia dois chapéus pretos e dois chapéus brancos;
- nenhum dos prisioneiros sabia a cor do próprio chapéu;
- o prisioneiro 1 podia ver apenas os prisioneiros 2 e 3;
- o prisioneiro 2 podia ver apenas o prisioneiro 3;
- o prisioneiro 3 não podia ver os outros;
- o prisioneiro 4 estava separado dos demais por uma parede e não podia ver os outros;
- todos deveriam manter suas posições, e nenhum poderia falar, mover-se, tirar o chapéu ou olhar para trás;
- cada prisioneiro deveria gritar sua posição e a cor do seu chapéu tão logo tivesse certeza;
- aqueles que conseguissem identificar a cor do próprio chapéu, estariam livres.



Supondo-se que os chapéus foram distribuídos como mostrado na figura, e que as regras foram rigorosamente respeitadas, pode-se concluir que:

- A) apenas o prisioneiro 3 descobriu a cor do seu chapéu;
- B) apenas o prisioneiro 2 descobriu a cor do seu chapéu;
- C) apenas os prisioneiros 2 e 3 descobriram as cores dos respectivos chapéus;
- D) apenas os prisioneiros 1 e 2 descobriram as cores dos respectivos chapéus;
- E) nenhum deles conseguiu descobrir a cor do seu chapéu.

QUESTÃO 30

João ganhou de presente um jogo eletrônico que funciona da seguinte maneira: a máquina sorteia um número entre 1 e 256, e você tem que descobrir que número é esse. Durante o jogo, você vai escolhendo números até acertar. A máquina ajuda com pistas, informando se o número que você escolheu é maior ou menor que o número por ela sorteado. Assim, se o número sorteado pela máquina fosse 100, e você tivesse tentado o 54, a máquina diria que seu número é “menor”; ao sugerir 210, você receberia a mensagem “maior”.

Quando joga corretamente, o número máximo de tentativas que João precisa para encontrar qualquer número que tenha sido sorteado é:

- A) 8;
- B) 16;
- C) 32;
- D) 64;
- E) 128.

QUESTÃO 31

Metralha sempre mente às segundas, terças e quartas, ao passo que Carabina sempre mente às quintas, sextas e sábados. Felizmente, ambos sempre falam a verdade aos domingos.

Sabendo disso, considere o seguinte diálogo ocorrido num certo dia:

X: —“Hoje não é domingo.”

Y: —“Hoje não é segunda.”

Pode-se concluir que:

- A) X é Carabina, Y é Metralha, e o dia é domingo;
- B) X é Metralha, Y é Carabina, e o dia é segunda;
- C) X é Carabina, Y é Metralha, e o dia é quarta;
- D) X é Carabina, Y é Metralha, e o dia é segunda;
- E) X é Metralha, Y é Carabina, e o dia é domingo.

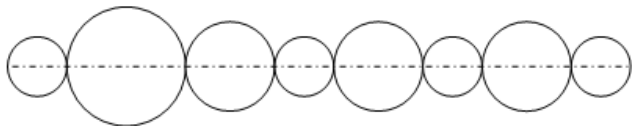
QUESTÃO 32

Suponha que você faça um percurso a 20 km/h e retorne, pelo mesmo percurso, a 60 km/h. Descontado o tempo de manobras, a velocidade média terá sido:

- A) 25 km/h;
- B) 30 km/h;
- C) 35 km/h;
- D) 40 km/h;
- E) 45 km/h.

QUESTÃO 33

Imagine oito círculos dispostos lado a lado, de tal forma que os pontos centrais de cada um estejam alinhados, totalizando uma distância de 80 centímetros de ponta a ponta.



O resultado da soma das circunferências de cada um dos oito círculos é igual à circunferência de um único círculo cujo diâmetro é:

- A) 40 cm;
- B) 80 cm;
- C) 100 cm;
- D) 120 cm;
- E) 160 cm.

QUESTÃO 34

Considere duas moedas idênticas, dispostas lado a lado como mostrado na figura.

Imagine que a moeda da esquerda tenha sido movimentada em torno da segunda moeda, de tal forma que as duas continuem encostadas durante todo o movimento e que não haja deslizamento entre elas. O duplo círculo indica a posição final da moeda movimentada.



A imagem que mostra como a moeda movimentada estaria na sua posição final é:



- A) I;
- B) II;
- C) III;
- D) IV;
- E) V.

QUESTÃO 35

Na figura abaixo os números à direita representam a soma dos valores atribuídos aos símbolos de cada linha, e os números abaixo representam a soma dos valores atribuídos aos símbolos de cada coluna.

A	C	C	D	23
A	B	B	E	18
A	C	E	D	24
B	B	E	C	15
24	14	17	F	

Sabendo-se que cada símbolo tem um valor a ele associado, o valor de F é:

- A) 18;
- B) 19;
- C) 22;
- D) 24;
- E) 25.

QUESTÃO 36

Considere as afirmativas abaixo:

- I. Somente uma dessas afirmativas é falsa;
- II. Somente duas dessas afirmativas são falsas;
- III. Somente três dessas afirmativas são falsas;
- IV. Somente quatro dessas afirmativas são falsas;
- V. As cinco afirmativas são verdadeiras.

O número de afirmativas verdadeiras é:

- A) 1;
- B) 2;
- C) 3;
- D) 4;
- E) 5.

QUESTÃO 37

Suponha que você tenha 5 pedaços lineares de corrente, com três elos cada, e lhe foi dada a tarefa de juntar esses pedaços, formando uma corrente linear única. Abrir um elo toma 1 minuto e fechar leva 3 minutos. O tempo mínimo para essa tarefa, em minutos, é:

- A) 8;
- B) 9;
- C) 12;
- D) 15;
- E) 16.

QUESTÃO 38

A negação de “ $y > 7$ ou $y < 3$ ” é:

- A) $y \leq 7$ e $y \geq 3$;
- B) se $y < 7$ então $y > 3$;
- C) $y < 7$ e $y > 3$;
- D) $y \leq 7$ ou $y \geq 3$;
- E) se existe $y \leq 7$ então $y < 3$.

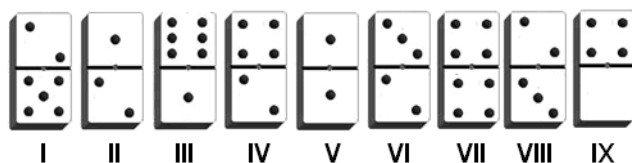
QUESTÃO 39

Um cientista criou um robô que de sexta-feira a segunda-feira só fala a verdade e de terça-feira a quinta-feira só fala mentiras. Os dias da semana em que o robô poderia fazer a afirmação “Eu menti ontem e não mentirei amanhã” são:

- A) Terça-feira e Sexta-feira;
- B) Terça-feira e Quarta-feira;
- C) Segunda-feira, Quarta-feira e Sexta-feira;
- D) Quinta-feira e Sexta-feira;
- E) Quarta-feira e Quinta-feira.

QUESTÃO 40

Considere o conjunto de nove peças, semelhantes às do jogo de dominó, mostradas a seguir.



A sequência de cinco peças associada aos números 1, 8, 9, 16, 25 é:

- A) II, VII, V, VIII, IX;
- B) I, IX, VIII, VII, II;
- C) II, VII, III, I, V;
- D) V, VI, VIII, IV, I;
- E) V, VI, VIII, I, IX.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Noções de Direito Público****QUESTÃO 41**

Conhecendo-se as peculiaridades que distinguem a invalidação da revogação dos atos administrativos, pode-se afirmar que:

- A) o Poder Judiciário, quando provocado, pode anular um ato administrativo por um vício formal ou revogá-lo por um vício material;
- B) a revogação ocorre somente por parte da Administração Pública, por razões de conveniência e oportunidade, tendo por pressuposto o interesse público e por fundamento seu poder discricionário;
- C) a administração pode anular um ato administrativo, quando ilegal, mas não pode revogá-lo pelo seu poder discricionário, com base na teoria do fato consumado;
- D) a declaração de nulidade e a revogação, em regra, operam efeitos *ex nunc*, isto é, não retroagem, produzindo efeitos a partir momento de seu decreto;
- E) a Administração Pública pode rever os seus atos através da revogação, mas o ato administrativo só pode ser anulado pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 42

No ato administrativo discricionário, o agente público tem liberdade para atuar, observando o interesse público, com oportunidade e conveniência nos seguintes elementos ou requisitos:

- A) competência e forma;
- B) motivação e finalidade;
- C) motivo e objeto;
- D) objeto e forma;
- E) forma e motivação.

QUESTÃO 43

Em relação aos atributos ou características do ato administrativo, a doutrina ensina que:

- A) a imperatividade ou coercibilidade significa que os atos administrativos são cogentes, obrigando a todos, pelo princípio da supremacia do interesse particular;
- B) a presunção de legitimidade significa que se presume que o ato administrativo já nasce em conformidade com as normas legais, diante de sua própria natureza e por ser emanado de agente integrante da estrutura do estado, sendo tal presunção relativa;
- C) a autoexecutoriedade significa que, tão logo praticado o ato, este pode ser de pronto executado e ter seu objeto alcançado, tendo o particular que tolerá-lo imediatamente após ser regularmente intimado da prática do ato;
- D) o contraditório é o atributo que confere ao particular a faculdade de questionar administrativamente a validade do ato administrativo;
- E) a autotutela é o atributo do ato administrativo que permite ao administrador anular o ato por vício de legalidade ou pelo seu poder discricionário.

QUESTÃO 44

Poderes da Administração Pública são o conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos, com escopo de permitir que o Estado alcance seus fins. Como exemplo, destaca-se o:

- A) poder regulamentar, que confere ao poder legislativo a possibilidade de complementar leis e atos normativos, estando, contudo, o regulamento sujeito ao controle de constitucionalidade;
- B) poder discricionário, que permite ao administrador aferir a conveniência e oportunidade em praticar um ato vinculado, desde que observado o interesse público;
- C) poder discricionário, que confere aos agentes públicos integrantes do poder judiciário liberdade para ditarem políticas públicas, desde que exercida com boa-fé;
- D) poder de polícia, que autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e propriedade particular, em favor do interesse da coletividade;
- E) poder de polícia, que é conferido aos agentes de segurança pública para prevenir e reprimir a prática de crimes.

QUESTÃO 45

Em tema de direitos e garantias fundamentais, a Constituição prevê que:

- A) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior pelo período em que deixou de dispor de seu bem, independentemente da ocorrência de dano;
- B) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos nos fins de semana, desde que presente a autoridade religiosa;
- C) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo por determinação judicial nas hipóteses de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro;
- D) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
- E) são a todos assegurados, mediante o prévio pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

QUESTÃO 46

Levando em conta os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição, é cabível:

- A) *habeas-corpus* quando alguém estiver sofrendo violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, não sendo possível a modalidade meramente preventiva;
- B) mandado de segurança coletivo, que pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional e organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses da coletividade, quando houver direito líquido e certo;
- C) mandado de injunção quando a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, tendo o órgão omisso prazo de 30 dias para editar a norma, sob pena de responsabilidade;
- D) ação civil pública, que pode ser ajuizada por qualquer eleitor que esteja quite com suas obrigações eleitorais, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- E) *habeas-data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ou para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

QUESTÃO 47

Diante das normas atualmente em vigor sobre a aposentadoria do servidor público da administração direta do Estado do Rio de Janeiro, afirma-se que:

- A) ocorre aposentadoria compulsória, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- B) é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores portadores de deficiência, com base no princípio da isonomia;
- C) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime especial de previdência dos servidores públicos;
- D) os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em dez anos no regime de previdência especial dos servidores públicos, em relação à aposentadoria voluntária, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio;
- E) o Estado do Rio de Janeiro, atendendo à faculdade prevista na Constituição, instituiu regime de previdência complementar para os seus servidores titulares de cargo efetivo, e fixou para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de previdência especial dos servidores públicos o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, na forma da lei.

QUESTÃO 48

De acordo com as disposições gerais sobre a Administração Pública previstas na Constituição, em especial sobre remuneração de pessoal:

- A) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos na administração direta, exceto nos casos previstos na Constituição, mas não existe vedação para acumulação de cargos na administração indireta, desde que haja compatibilidade de horários;
- B) a remuneração de um funcionário estadual ocupante de cargo, função ou emprego público da administração direta ou indireta, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderá exceder o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo e o subsídio dos Deputados Estaduais no âmbito do Poder Legislativo;
- C) a remuneração de um funcionário estadual ocupante de cargo, função ou emprego público da administração direta, autárquica e fundacional, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderá exceder o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo e o subsídio dos Deputados Estaduais no âmbito do Poder Legislativo;
- D) a remuneração de um funcionário estadual ocupante de cargo, função ou emprego público da administração direta ou indireta, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, somente pode ser fixada por lei específica, mas pode ser alterada por decreto do Governador do Estado, aplicando-se como limite, em espécie, o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- E) a remuneração de um funcionário estadual ocupante de cargo, função ou emprego público da administração direta, autárquica e fundacional, somente pode ser fixada por lei específica, mas pode ser alterada por decreto do Governador do Estado, aplicando-se como limite, em espécie, o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 49

Em matéria de responsabilidade civil objetiva do Estado, de acordo com a Constituição, somente responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa:

- A) as pessoas jurídicas de direito público;
- B) as pessoas jurídicas da administração direta e indireta;
- C) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos;
- D) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado contratadas mediante licitação;
- E) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado contratadas mediante licitação ou contratadas para prestar serviços públicos.

QUESTÃO 50

Pedro Henrique, antigo servidor ocupante de cargo efetivo do Estado do Rio de Janeiro, valeu-se de sua função pública para fazer propaganda política para seu cunhado, candidato a Deputado Estadual, inclusive imprimindo na repartição pública farto material de campanha eleitoral. Em razão das irregularidades cometidas, Pedro Henrique está sujeito a responder:

- A) à ação penal por crime contra a Administração Pública, bem como a processo administrativo disciplinar, que poderá ensejar sua condenação por ato de improbidade administrativa com a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário;
- B) pelo crime de improbidade administrativa, civilmente pelo dano ao erário, administrativamente pela falta funcional e na esfera eleitoral por utilização da máquina pública para propaganda eleitoral irregular;
- C) pelo crime de improbidade administrativa, estando sujeito à pena privativa de liberdade, sem prejuízo do processo administrativo disciplinar, que poderá ensejar a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário;
- D) por ato de improbidade administrativa, estando sujeito à suspensão dos direitos políticos, à indisponibilidade dos bens e ao ressarcimento ao erário, sendo que a perda da função pública somente pode ser analisada no processo administrativo disciplinar, que pode resultar em pena de demissão; além disso está sujeito a responder pela ação penal cabível;
- E) por ato de improbidade administrativa, estando sujeito à suspensão dos direitos políticos, à perda da função pública, à indisponibilidade dos bens e ao ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível e do processo administrativo disciplinar.

QUESTÃO 51

Sobre as normas gerais do processo administrativo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual 5.427/09 estabelece que o administrado tem direito a ter ciência da tramitação dos processos administrativos:

- A) em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos nele contidos, permitida a cobrança pelos custos da reprodução, e conhecer as decisões proferidas, na forma dos respectivos regulamentos, ressalvadas as hipóteses de sigilo admitidas em direito;
- B) em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos nele contidos, de forma gratuita, e conhecer as decisões proferidas, na forma dos respectivos regulamentos, não lhe sendo aplicadas as hipóteses de sigilo quando figurar como investigado, pelos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa;
- C) independentemente de ostentar ou não a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos nele contidos, de forma gratuita, e conhecer as decisões proferidas, na forma dos respectivos regulamentos, com base no princípio da publicidade;
- D) independentemente de ostentar ou não a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos nele contidos, permitida a cobrança pelos custos da reprodução, e conhecer as decisões proferidas, não sendo aplicado sigilo, com base no princípio da publicidade;
- E) e vista desses processos, independentemente de ostentar ou não a condição de interessado, sendo que somente pode obter cópias de documentos nele contidos, de forma gratuita, a pessoa que figurar como investigada, pois o princípio da publicidade é limitado pelo princípio da intimidade.

QUESTÃO 52

Maria da Silva, servidora pública civil da administração direta do Estado do Rio de Janeiro, está grávida e compareceu ao órgão público competente para obter informações sobre seus direitos. Lá chegando, foi informada de que a Constituição Estadual lhe garante direito à licença gestante com a duração de:

- A) 120 (cento e vinte) dias, prorrogável no caso de aleitamento materno, por no mínimo mais 30 (trinta) dias, estendendo-se, no máximo, até 60 (sessenta) dias;
- B) 120 (cento e vinte) dias, prorrogável no caso de aleitamento materno por no mínimo mais 30 (trinta) dias, estendendo-se, no máximo, até 90 (noventa) dias;
- C) 120 (cento e vinte) dias, prorrogável no caso de aleitamento materno por no mínimo mais 30 (trinta) dias, estendendo-se, no máximo, até 120 (cento e vinte) dias;
- D) 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável no caso de aleitamento materno por no mínimo mais 30 (trinta) dias, estendendo-se, no máximo, até 60 (sessenta) dias;
- E) 180 (cento e oitenta dias), prorrogável no caso de aleitamento materno por no mínimo mais 30 (trinta) dias, estendendo-se, no máximo, até 90 (noventa) dias.

QUESTÃO 53

São exemplos de penas disciplinares aplicáveis aos servidores públicos civis do Estado do Rio de Janeiro:

- A) censura, suspensão e demissão;
- B) repreensão, multa e exoneração;
- C) advertência, demissão e cassação da aposentadoria;
- D) censura, demissão e cassação da disponibilidade;
- E) repreensão, suspensão e exoneração.

QUESTÃO 54

Sobre a pena de suspensão, prevê o estatuto dos servidores públicos civis do Estado do Rio de Janeiro e seu respectivo decreto que:

- A) será aplicada em casos de falta média, de reincidência com falta já punida com repreensão e de desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejem pena de demissão;
- B) não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) dias, sendo certo que deverá ser precedida de processo administrativo disciplinar sempre que houver condenação à suspensão por mais de 30 (trinta) dias;
- C) o servidor suspenso perderá, no período da suspensão, todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo, exceto para fins de aposentadoria e promoção;
- D) quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 75% (setenta e cinco por cento) por dia de vencimento ou remuneração;
- E) quando houver conveniência para o serviço, poderá o superior hierárquico converter a pena de suspensão em pena de multa, que consiste na metade da remuneração do servidor, por um mês.

QUESTÃO 55

No que tange ao provimento de cargo público de servidor civil do Estado do Rio de Janeiro, o ordenamento jurídico estabelece que:

- A) a nomeação para cargo em comissão e exercício de função de confiança deve recair necessariamente sobre servidores ocupantes de cargo efetivo;
- B) a nomeação para provimento de cargo efetivo é precedida de estágio experimental, com prazo de seis a doze meses, período em que o estagiário perceberá o valor correspondente a 80% (oitenta por cento) dos vencimentos do cargo, sendo-lhe assegurada a diferença, se nomeado afinal;
- C) a reintegração decorre de decisão judicial e consiste no reingresso do servidor demitido do serviço público estadual, com ressarcimento de seus vencimentos e vantagens, não podendo ocorrer pela via administrativa;
- D) o aproveitamento é o retorno ao serviço público do servidor colocado em disponibilidade em cargo de natureza e vencimento compatíveis com os do anteriormente ocupado;
- E) a readaptação do servidor estável *ex officio* ou a pedido em função mais compatível, por motivo de saúde ou incapacidade física, pode ser com provimento em outro cargo, ocasião em que não acarretará descenso de seu vencimento, podendo haver, contudo, elevação.

QUESTÃO 56

A respeito das licenças a que os servidores públicos civis do Rio de Janeiro têm direito, a lei prevê o seguinte:

- A) a licença para tratamento de saúde do servidor será concedida, *ex officio* ou a pedido do funcionário ou de seu representante, quando não possa ele fazê-lo, sendo indispensável a inspeção médica, exceto para o caso de prorrogação;
- B) o servidor poderá obter licença por motivo de doença em pessoa da família com vencimento e vantagens integrais nos primeiros 12 (doze) meses, e com 2/3 (dois terços) por outros 12 (doze) meses, no máximo;
- C) a licença para acompanhar o cônjuge será sem vencimentos, tendo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável uma vez por igual período;
- D) após cada triênio de efetivo exercício, o servidor fará jus à licença-prêmio de 3 (três) meses, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo;
- E) investido o servidor no mandato de Prefeito e havendo compatibilidade de horários, perceberá o vencimento e as vantagens do seu cargo mais os subsídios a que faz jus, sem necessidade de obter licença para mandato no Executivo.

QUESTÃO 57

Estabelece o estatuto dos servidores civis do estado do Rio de Janeiro que é proibido ao servidor:

- A) coagir ou aliciar subordinados com objetivo de natureza partidário, exceto se filiados ao mesmo partido político;
- B) criticar, em trabalho assinado, as autoridades e atos da Administração Pública, sob ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;
- C) participar de diretoria, gerência, administração, conselho técnico ou administrativo, de empresa ou sociedade contratante, permissionária ou concessionária de serviço público;
- D) pleitear, como procurador ou intermediário, junto aos órgãos estaduais, a percepção de vencimento, remuneração, provento ou vantagem de parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau civil;
- E) revelar fato ou informação de natureza sigilosa, de que tenha ciência em razão do cargo ou função, quando prestar depoimento em processo administrativo, sendo autorizado, contudo, nos casos em que depuser em processo judicial.

QUESTÃO 58

No que tange à revisão do processo administrativo que tenha resultado pena disciplinar, o estatuto dos servidores públicos civis do Rio de Janeiro dispõe que:

- A) tratando-se de funcionário falecido, desaparecido ou incapacitado de requerer, a revisão poderá ser solicitada por qualquer pessoa;
- B) é cabível a revisão quando forem aduzidos fatos que já constavam no processo administrativo, mas não foram analisados na fundamentação da decisão final;
- C) autorizada a revisão, o processo será encaminhado à Comissão Revisora, que concluirá o encargo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por 30 (trinta) dias;
- D) julgada procedente a revisão, será tornada sem efeito a pena imposta, restabelecendo-se todos os direitos por ela atingidos, recebendo o servidor uma indenização no valor de metade de seus vencimentos;
- E) constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade, desde que devidamente fundamentada.

QUESTÃO 59

No ano de 2009, o preguiçoso Manoel da Silva, servidor ocupante de cargo efetivo do Estado do Rio de Janeiro, se ausentou do serviço, sem causa justificada, por 20 (vinte) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses. No mês de julho de 2012, Manoel foi surpreendido ao receber citação em um processo administrativo disciplinar. Ao conversar com Joaquim, profundo conhecedor do estatuto dos servidores, sobre o prazo para o poder público lhe aplicar sanção disciplinar, Manoel soube corretamente que:

- A) ocorreu prescrição, porque o fato praticado gera sanção de suspensão, que prescreveu em 02 (dois) anos;
- B) ocorreu prescrição, porque a falta funcional cometida foi a de abandono de cargo que gera demissão, mas prescreveu em 02 (dois) anos;
- C) não ocorreu prescrição, porque a falta funcional cometida foi a de abandono de cargo, que gera demissão e prescreve em 05 (cinco) anos;
- D) não ocorreu prescrição, sendo que a falta funcional de ausência, sem causa justificada, por 20 (vinte) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses não constitui abandono de cargo, mas outra falta autônoma que também gera demissão e prescreve em 05 (cinco) anos;
- E) não ocorreu prescrição, sendo que a falta funcional de ausência, sem causa justificada, por 20 (vinte) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses não constitui abandono de cargo, mas outra falta autônoma que gera suspensão e prescreve em 03 (três) anos, contados do último dia de ausência no período.

QUESTÃO 60

O companheiro de Dona Yolanda, servidora civil do Estado do Rio de Janeiro, faleceu. A funcionária tem direito a:

- A) faltar até 08 (oito) dias consecutivos, computando-se inclusive sábados, domingos e feriados;
- B) faltar até 08 (oito) dias úteis, excluindo-se sábados, domingos e feriados;
- C) faltar até 05 (cinco) dias consecutivos, computando-se inclusive sábados, domingos e feriados;
- D) faltar até 05 (cinco) dias úteis, excluindo-se sábados, domingos e feriados;
- E) só terá direito à licença nojo, pelo prazo previsto em lei, contada a partir da data do falecimento, caso apresente sentença judicial reconhecendo a união estável.

QUESTÃO 61

Nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 63/90 (e suas alterações), compete ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro:

- A) auxiliar o Poder Executivo Estadual a exercer o controle externo por meio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta;
- B) emitir autorização prévia para a realização de despesas e para a celebração de contratos pelas entidades da Administração Pública direta e indireta;
- C) no Município do Rio de Janeiro, auxiliar a Câmara Municipal no exercício do controle externo;
- D) impor multas por infração da legislação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, prolatando decisão com eficácia de título executivo, nos casos de imputação de débito ou multa;
- E) emitir parecer prévio sobre as contas anualmente prestadas pelo Governador do Estado e pelo Prefeito do Município do Rio de Janeiro.

QUESTÃO 62

Nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 63/90 (e suas alterações), se as contas submetidas a julgamento evidenciarem a prática de ato ilegal que não seja de natureza grave e não represente injustificado dano ao erário, bem como não sendo hipótese de reincidência pelo gestor responsável, o TCE-RJ proferirá decisão:

- A) provisória, julgando as contas regulares com ressalva;
- B) provisória, julgando as contas ilíquidas pela ausência de dano ao erário;
- C) definitiva, julgando as contas regulares;
- D) definitiva, julgando as contas irregulares com ressalva;
- E) definitiva, julgando as contas regulares com ressalva.

QUESTÃO 63

Nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 63/90 (e suas alterações), o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro:

- A) apreciará, para fins de registro, a legalidade das nomeações para cargo de provimento em comissão;
- B) apreciará, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
- C) apreciará, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, excluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual;
- D) apreciará, para fins de registro, a legalidade das concessões de aposentadorias, transferências para a reserva remunerada, reformas e pensões, e das respectivas fixações de proventos e suas alterações, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
- E) autorizará, previamente, operações financeiras externas de interesse do Estado e dos Municípios, ressalvadas as operações financeiras externas de interesse do Município do Rio de Janeiro.

QUESTÃO 64

Nos termos da Lei n.º 4.787/2006 (e suas alterações), que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar:

- A) o desenvolvimento funcional nas carreiras de Analista de Controle Externo, Técnico de Controle Externo e Auxiliar de Controle Externo ocorrerá mediante progressão funcional, ascensão ou acesso e promoção, respeitados os limites legais das despesas com pessoal;
- B) o titular do cargo de Técnico de Controle Externo, após (três) anos de exercício no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, observadas as hipóteses de interrupção e de impedimento definidas em regulamento, passará mediante promoção funcional ao cargo de Analista de Controle Externo – Área Organizacional;
- C) os cargos da carreira de Técnico de Controle Externo serão extintos à medida que vagarem;
- D) a carreira de Procurador da Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e o cargo isolado de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas serão regulados pela Lei n.º 4.787/2006 (e suas alterações);
- E) a execução das atribuições e competências dos órgãos que compõem a estrutura da Secretaria-Geral de Controle Externo é exclusiva de servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

QUESTÃO 65

Sobre a organização do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e o regime jurídico de seus Conselheiros, é correto afirmar:

- A) o Tribunal de Contas do Estado tem sede na Capital e compõe-se de 09 (nove) Conselheiros;
- B) os Conselheiros do Tribunal de Contas serão nomeados após aprovação em concurso público de provas e títulos;
- C) os Conselheiros gozarão de vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão mediante processo administrativo em que lhes seja assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;
- D) os Conselheiros do Tribunal de Contas terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido, efetivamente, por mais de 10 (dez) anos;
- E) o Tribunal de Contas poderá dividir-se em Câmaras, instituir Delegações de Controle, mediante deliberação da maioria absoluta dos Conselheiros, com a composição, jurisdição e competência que lhes forem deferidas pelo Regimento Interno.

Noções de Direito Processual**QUESTÃO 66**

Constituem princípios da jurisdição:

- A) inevitabilidade e imediação;
- B) unidade e indivisibilidade;
- C) indelegabilidade e aquisição processual;
- D) aderência ao território e oralidade;
- E) imparcialidade e comunhão das provas.

QUESTÃO 67

A solução de conflitos intersubjetivos pode ser classificada de acordo com a titularidade para decidi-los. Caso essa titularidade seja atribuída às próprias partes, surge a hipótese de autonomia. Se a titularidade for atribuída a terceiro, surge a hipótese de heteronomia. Diante disso, os equivalentes jurisdicionais ou substitutos da jurisdição são formas de solução de conflitos sociais sem que haja a participação do Estado-juiz. Dentro deste conceito, NÃO constitui forma de solução de conflitos que acarreta o mesmo resultado prático que o exercício da jurisdição:

- A) autotutela;
- B) autocomposição;
- C) jurisdição voluntária;
- D) mediação;
- E) arbitragem.

QUESTÃO 68

De acordo com o art. 100, inciso I, do Código de Processo Civil de 1973, é competente o foro da residência da mulher, para a ação de separação dos cônjuges e a conversão desta em divórcio, e para a anulação de casamento. Analisada sob o ângulo do princípio constitucional da isonomia (art. 5º, inciso I, CRFB de 1988), é correto afirmar que essa regra de competência:

- A) foi recepcionada pela Constituição de República, observada a inconstitucionalidade progressiva, quando a mulher estiver em situação econômica e financeira mais favorável;
- B) não foi recepcionada pela Constituição da República, de forma incondicional;
- C) foi recepcionada pela Constituição da República, condicionada às circunstâncias específicas do caso concreto;
- D) não foi recepcionada pela Constituição da República, por estabelecer privilégio injustificado em favor da mulher;
- E) foi recepcionada pela Constituição da República, não havendo afronta ao princípio da igualdade entre homens e mulheres ou à isonomia entre os cônjuges.

QUESTÃO 69

Constitui uma das denominadas condições para o regular exercício do direito de ação:

- A) órgão jurisdicional;
- B) capacidade postulatória;
- C) demanda original;
- D) interesse de agir;
- E) causa de pedir.

QUESTÃO 70

A prática dos atos processuais no tempo é estabelecida e regrada no Código de Processo Civil. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) para a lei processual civil, os dias úteis são de segunda a sexta, excluindo-se os sábados, domingos e os dias declarados por lei como feriados;
- B) o horário para a prática dos atos processuais equivale com o horário de expediente forense (protocolo), o qual é ajustado pela lei de organização judiciária local;
- C) os prazos próprios são os voltados para o juiz, cuja importância reside na ausência de ônus para ele, não recebendo a incidência da preclusão judicial;
- D) durante o período de férias ou recesso forense, todos os prazos processuais são suspensos, sendo a contagem do prazo retomada no primeiro dia útil;
- E) a realização dos atos processuais de citação e penhora nos feriados e domingos somente pode ter incidência quando houver autorização expressa do juiz.

QUESTÃO 71

Prevenção é rotineiramente conceituada como a concentração, em um órgão jurisdicional, da competência que abstratamente já pertencia a mais de um órgão, inclusive a ele próprio, por ter atuado, previamente, no processo. No que toca ao tema prevenção, é correto afirmar que:

- A) quanto a juízos da mesma competência territorial, o critério para prevenção será determinado pelo juiz que recebeu o pedido (cautelar ou ordinário) em primeiro lugar;
- B) quanto a juízos de competência territorial diversa, o critério para prevenção será determinado pelo juiz que despachar em primeiro lugar;
- C) o juiz da causa principal é também competente para a reconvenção, a ação declaratória incidente e as ações de garantia, ressalvados os casos de competência funcional;
- D) a desistência de uma demanda ajuizada gera prevenção, ressalvados os casos em que a desistência ocorre antes da citação;
- E) as hipóteses de causa finda, como a desistência, geram prevenção, ressalvados os casos de reiteração do pedido em litisconsórcio.

QUESTÃO 72

Dispõe o Código de Processo Civil que, quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível técnico especializado, devidamente inscritos no órgão de classe competente;
- B) nas localidades onde não houver profissionais qualificados que preencham os requisitos legais, a indicação dos peritos será da livre escolha das partes;
- C) encerrada a avaliação pelo perito, incumbirá às partes, dentro de cinco dias, a indicação de assistente técnico e a apresentação de quesitos;
- D) os peritos e os assistentes técnicos podem escusar-se, ou serem recusados por impedimento ou suspeição, oportunidade em que o juiz nomeará novo perito ou assistente técnico;
- E) o juiz indeferirá a perícia quando a prova do fato não depender do conhecimento especial de técnico, for desnecessária em vista de outras provas produzidas ou a verificação for impraticável.

QUESTÃO 73

Sobre o princípio da identidade física do juiz no processo penal, é correto afirmar que:

- A) o Código de Processo Penal regula o tema de maneira suficiente e autônoma;
- B) o juiz que presidiu o primeiro ato de instrução deve proferir a sentença;
- C) o juiz que presidiu qualquer ato de instrução deve proferir a sentença;
- D) pode ser mitigado nos casos de convocação, licença ou promoção do juiz que presidiu a instrução;
- E) pode ser mitigado nos casos de cumulação de competências ou desempenho de atividade extraordinária.

QUESTÃO 74

Dentro do conceito do direito ao julgamento no prazo razoável (art. 5º, inciso LXXVIII, CRFB), costuma-se adotar a “doutrina dos sete critérios” (ou doutrina do “Caso Wemhoff”), para avaliação da ocorrência ou não da dilação indevida ou excessiva. Seguindo esse marco, NÃO constitui critério autorizativo da dilação processual:

- A) complexidade dos fatos objeto de apuração;
- B) pluralidade de imputados e de defensores;
- C) influência das condutas processuais do imputado;
- D) dificuldades probatórias;
- E) excesso ou sobrecarga de trabalho pelo órgão jurisdicional.

QUESTÃO 75

De acordo com a construção doutrinária e jurisprudencial, configura hipótese de violação do princípio do promotor natural:

- A) designação de órgão de composição pluripessoal, de atuação despersonalizada, com anuência do Promotor de Justiça com atribuição natural;
- B) designação de Promotores de Justiça em sistema de mutirão, com anuência do Promotor de Justiça com atribuição natural;
- C) designação de um Promotor de Justiça cuja intervenção se justifique a partir de critérios abstratos e pré-determinados, estabelecidos em lei;
- D) designação prévia e motivada de um Promotor de Justiça para atuar na sessão de julgamento do Tribunal do Júri, com anuência do Promotor de Justiça com atribuição natural;
- E) designação de um Promotor de Justiça *ad hoc* ou de exceção com a finalidade de processar uma pessoa ou caso específico.

QUESTÃO 76

NÃO constitui característica do sistema processual acusatório:

- A) separação de funções de acusar e julgar;
- B) contraditório na atividade das partes;
- C) publicidade dos atos processuais, como regra;
- D) poderes investigatórios iniciais do juiz;
- E) liberdade probatória.

QUESTÃO 77

Quanto à aplicação da lei processual penal no espaço, é correto afirmar:

- A) orienta-se pelas mesmas regras da aplicação da lei penal no espaço;
- B) aplica-se o princípio da extraterritorialidade no processo penal, quando o crime ocorre no exterior;
- C) quando a autoridade judiciária brasileira cumpre uma carta rogatória, aplica lei do Estado rogante;
- D) orienta-se pelo princípio da territorialidade, que determina a exclusão da lei processual penal estrangeira em território brasileiro;
- E) vige a regra do local do crime, adotando-se a norma processual do local onde a infração se consumou.

QUESTÃO 78

No que concerne à interpretação da norma processual penal, é INCORRETO afirmar:

- A) é possível que uma determinada regra tenha seu campo de incidência ampliado, pela interpretação de resultado extensivo;
- B) é possível integrar a norma, estendendo sua aplicação para casos não previstos pelo legislador;
- C) leis processuais penais que limitem a liberdade do acusado ou o exercício do direito de defesa podem receber interpretação ampliativa;
- D) há proeminência do *favor rei* como fator de integração das normas processuais;
- E) o *favor rei* é aplicável como critério de solução de dúvida sobre questões de direito.

QUESTÃO 79

Constitui hipótese que viola o princípio constitucional da presunção de inocência ou de não culpabilidade (ou garantia do estado de inocência – art. 5º, inciso LVII, CRFB):

- A) decretação de prisão processual fundamentada na gravidade em abstrato do crime;
- B) decretação de prisão preventiva antes do trânsito em julgado da sentença;
- C) valoração do fato criminoso em si para decretação ou manutenção da prisão processual;
- D) decretação de prisão cautelar antes do trânsito em julgado da sentença;
- E) transferência e inclusão de preso provisório em estabelecimento penal federal de segurança máxima.

QUESTÃO 80

A Constituição da República, ao disciplinar a organização do Poder Judiciário, estabeleceu a garantia da motivação das decisões judiciais: “Todas as decisões judiciais deverão ser motivadas” (art. 93, inciso IX, CRFB). Sobre a motivação, é correto afirmar que:

- A) quanto à finalidade interna, é uma descrição do raciocínio jurídico, demonstrando o caminho intelectual seguido para o juiz para a confecção da decisão;
- B) apresenta-se como uma justificação das circunstâncias fáticas e jurídicas que determinaram as razões de decidir;
- C) quanto à finalidade interna, não constitui uma justificação racional das escolhas do juiz;
- D) trata-se de garantia exclusiva das partes, não permitindo um controle generalizado e difuso sobre o modo pelo qual o juiz administra a justiça;
- E) quanto à finalidade interna, não permite ao órgão jurisdicional de segundo grau controlar a atividade jurisdicional de primeiro grau.

REDAÇÃO



As campanhas antitabagistas se multiplicam, mostrando os variados malefícios do cigarro e conseguiram a proibição de fumar em ambientes fechados, mas, assim mesmo, um grande número de pessoas persiste nesse hábito. Por que isso ocorre? Que campanha poderia ser feita para que os fumantes se dessem conta dos riscos que correm? Que outras medidas podem ser tomadas? E como fica, nesse caso, o problema da liberdade individual?

Faça uma dissertação de aproximadamente 20 linhas, em língua culta, em que você explore o tema, sem obrigatoriamente responder às perguntas iniciais. Não esqueça de apresentar bons argumentos para suas opiniões.

RASCUNHO

FRASCUINHO

RAS CUNHO

ESPAÇO PARA MARCAÇÃO DAS SUAS RESPOSTAS

1		11		21		31		41		51		61		71	
2		12		22		32		42		52		62		72	
3		13		23		33		43		53		63		73	
4		14		24		34		44		54		64		74	
5		15		25		35		45		55		65		75	
6		16		26		36		46		56		66		76	
7		17		27		37		47		57		67		77	
8		18		28		38		48		58		68		78	
9		19		29		39		49		59		69		79	
10		20		30		40		50		60		70		80	

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

ATENÇÃO - Transcreva a frase a seguir para a área definida na sua Folha de Respostas:

O TCE é órgão constitucionalmente autônomo.

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

VERIFICAÇÕES:

1. Verifique se você recebeu o Caderno de Questões e a Folha de Respostas. Verifique ainda se o gabarito do Caderno de Questões corresponde ao da Folha de Respostas.
2. Confira seus dados pessoais, em especial o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade.
3. Verifique ainda se no seu Caderno de Questões estão impressas as 80 questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) opções (A,B,C,D,E), e se a numeração está distribuída de acordo com o Edital:

01 a 20 - Língua Portuguesa; de 21 a 40 - Raciocínio Lógico; de 41 a 80 - Conhecimentos Específicos.

4. Veja ainda se o seu caderno de questões contém a Folha de Redação.
5. Qualquer divergência ou dúvida do candidato deverá ser encaminhada ao Fiscal de Sala, imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.

PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

1. O candidato deverá transcrever as respostas das questões das provas objetivas para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que, para obter pontuação em cada questão, deverá marcar uma, e somente uma, das alternativas de resposta correspondente a cada questão.
2. A marcação da Folha de Respostas deverá ser feita cobrindo fortemente, com caneta esferográfica indelével, de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada. Não será permitido o uso de corretor ou caneta fluorescente.
3. Será atribuída nota zero às questões assinaladas com falta de nitidez, com mais de uma alternativa, com rasura, emenda, preenchimento parcial do campo de respostas, não assinaladas e demais casos previstos no Edital do concurso.
4. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da Folha de Respostas.
5. A Folha de Respostas não será substituída em hipótese alguma por erro do candidato. A Folha de Respostas não deverá ser amassada, dobrada, rasgada, manchada ou sofrer qualquer tipo de dano que prejudique a correção da mesma.
6. O candidato é responsável pela assinatura e preenchimento do campo destinado ao Exame Grafotécnico na Folha de Respostas.

DURAÇÃO DA PROVA

1. A prova terá duração de 5 (cinco) horas improrrogáveis, incluindo o tempo de marcação para preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição da redação para o verso da Folha de Respostas. Será eliminado o candidato que não devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, dentro desse prazo.
2. A saída de candidatos do local de prova só será permitida após 60 minutos do seu início efetivo.

DURANTE A PROVA

1. Após identificado e instalado na sala, o candidato não poderá comunicar-se com outros candidatos ou com qualquer pessoa estranha ao concurso.
2. Não será permitido nenhum tipo de consulta a qualquer material, bem como o uso de quaisquer equipamentos eletrônicos, especialmente os de recepção e/ou transmissão de voz ou de dados, os quais deverão ser entregues à equipe de fiscalização, para serem devolvidos ao término da prova.
3. Por motivo de segurança, durante a prova só será permitido fazer anotações no Caderno de Questões, bem como copiar os seus assinalamentos, na área reservada para este fim, no próprio Caderno de Questões. Somente esta parte poderá ser destacada e levada pelo candidato.

AO TÉRMINO DA PROVA

1. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine a prova.
2. Entregue ao Fiscal de sala o seu Caderno de Questões e a Folha de Respostas, não sendo permitido em hipótese alguma levar o Caderno de Questões.

SERÁ ELIMINADO DO CONCURSO O CANDIDATO QUE DESRESPEITAR A EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO OU QUALQUER DAS NORMAS ESTABELECIDAS.